RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 14 de Novembro de 2026

Justiça Intervém para Evitar Colapso e Determina que Prefeito Revogue Demissões de Médicos em Várzea Grande

SAÚDE EM PAUTA

REDAÇÃO

Por decisão da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, foram suspensos os atos administrativos que resultaram nas demissões de médicos da rede pública de saúde do município, após as últimas eleições. O Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso (Sindimed-MT) havia alertado sobre um possível colapso na saúde pública local devido às demissões realizadas pelo prefeito Kalil Baracat (MDB).

O presidente do Sindimed-MT, Adeildo Lucena, criticou duramente a postura do prefeito após sua derrota nas urnas, chamando-a de "infantilidade política coroada de irresponsabilidade". Lucena questionou a necessidade das demissões, destacando a falta de explicações sobre a medida. "Se não eram necessárias, por que foram realizadas? E se eram necessárias no Natal passado, o que mudou este ano?", indagou o presidente do sindicato.

A decisão judicial de suspender as demissões foi considerada uma vitória significativa para o Sindimed, que vê nisso uma proteção ao direito à saúde da população e à segurança dos profissionais da área. "Bacana da parte do atual prefeito deixar uma bomba armada para a próxima gestão. Os médicos demitidos acabam por se acomodarem em outros empregos e a prefeita eleita poderá ter dificuldades em recompor a equipe no próximo ano", destacou Lucena, apontando o risco de sequelas no sistema de saúde.

O sindicato também denunciou que a demissão abrupta e sem justificativa comprometeu o atendimento à população, sobrecarregando os médicos remanescentes e colocando a saúde dos pacientes em risco. A Direção Clínica do Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Várzea Grande já havia alertado sobre os prejuízos irreparáveis com a saída dos profissionais, destacando a interrupção de serviços essenciais e o risco direto à saúde dos cidadãos. A falta de planejamento e reposição imediata gerou lacunas críticas em setores como UTIs, pediatria e cirurgia geral, especialmente durante finais de semana e plantões noturnos.

O caso expõe uma grave falha na gestão municipal e reitera a importância de um planejamento estratégico e responsável para garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde. A decisão judicial suspende as demissões e oferece uma chance para a reestruturação da equipe, com o objetivo de restabelecer a qualidade do atendimento à população.